Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro, v.09,2024

ISSN 2178-6925

A EVOLUÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

THE EVOLUTION AND IMPORTANCE OF INCLUSIVE EDUCATION IN BRAZIL

Luann Maia da Silva

Licenciatura em Pedagogia, Escola Municipal União, Brasil

E-mail: luannprofessor@gmail.com

Diego Armando de Sousa Paz

Mestre em Geografia, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil

E-mail: d.armando147@gmail.com

Resumo

A Educação Inclusiva pode ser idealizada como uma concepção de ensino contemporâneo que tem como finalidade garantir o direito de todos à educação. Ela implica em promover a igualdade de oportunidades e de valorizar as diferenças entre as pessoas. Isso significa que, independentemente de sua origem étnica, social, cultural, habilidades intelectuais, condições físicas, sensoriais ou de gênero, todas as pessoas devem ter a mesma chance de crescer e participar da sociedade. Nesse sentido, o objetivo principal deste artigo é abordar a evolução e a importância da educação inclusiva no Brasil. A metodologia adotada na elaboração deste artigo se deu de forma quanti-qualitativa, em que se adotou a pesquisa de cunho bibliográfica. Também foram utilizados, dados de matrículas referente ao Censo Escolar dos anos de 2010, 2015 e 2020 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Diretoria de Estatísticas Educacionais. Nesse sentido, os dados sugerem que houve um notável avanço no número de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular nos últimos anos. Esse crescimento demonstra um progresso positivo em direção à inclusão, refletindo um maior reconhecimento da importância da integração desses alunos em ambientes educacionais comuns. Contudo, é fundamental que esse aumento seja acompanhado por melhorias contínuas nas condições e recursos oferecidos, para assegurar que esses alunos não apenas ingressem nas escolas regulares, mas também permaneçam e tenham sucesso em sua trajetória educacional.

Palavras-chave: Educação Inclusiva; Censo Escolar; Educação de Qualidade.

Abstract

Inclusive Education can be envisioned as a contemporary educational concept aimed at ensuring the right to education for everyone. It entails equality of opportunities and the valuing of human differences, encompassing ethnic, social, cultural, intellectual, physical, sensory, and gender diversities. In this context, the main objective of this article is to address the evolution and importance of inclusive education in Brazil. The methodology adopted for this article was both quantitative and qualitative, relying on bibliographic research. Data from school enrollment records for the years 2010, 2015, and 2020, published by the National Institute for Educational Studies and Research Anísio Teixeira and the Department of Educational Statistics, were also used. In this regard, the data suggest a notable increase in the number of enrollments of students with disabilities in regular education in recent years. This growth indicates positive progress towards inclusion, reflecting a greater recognition

ISSN 2178-6925

of the importance of integrating these students into common educational environments. However, it is crucial that this increase is accompanied by ongoing improvements in the conditions and resources provided to ensure that these students not only enter regular schools but also remain and succeed in their educational journey.
Keywords: Inclusive Education; School Census; Quality Education.

1. Introdução

Conforme as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica a Educação Inclusiva é uma abordagem moderna que busca garantir que todos tenham acesso à educação, garantindo equidade de oportunidades e valorizando as particularidades de cada indivíduo. Isso inclui a valorização das diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais e de gênero, assegurando que todas as características humanas sejam contempladas e respeitadas no ambiente educacional (Brasil, 2001).

No contexto da Educação Inclusiva, a educação especial torna-se parte integral da proposta pedagógica da escola, abrangendo objetivos que atendem alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação (Brasil, 2008).

Desse modo, o objetivo principal deste artigo é abordar a evolução e a importância da educação inclusiva no Brasil. Nesse sentido surge o seguinte questionamento: como tem se desdobrado o número de matrículas, assim como, a permanência desses alunos com deficiência nas escolas regulares do ensino básico e quais os principais desafios encontrados por esses alunos e pelas escolas na efetivação de uma educação de qualidade?

Metodologicamente, quanto ao procedimento técnico, a pesquisa foi de cunho exploratória com abordagem quanti-qualitativa. De acordo com Gil (2008), essa técnica é comumente aplicada em estudos exploratórios ou descritivos, quando o tema de pesquisa é pouco abordado. Assim, ela consiste em um conjunto estruturado de procedimentos para encontrar soluções, com um foco cuidadoso no objeto de estudo. Além da revisão de literatura, foram utilizados, dados de matrículas referente ao Censo Escolar dos anos de 2010, 2015 e 2020 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e Diretoria de Estatísticas Educacionais.

ISSN 2178-6925

O artigo encontra-se estruturado além da introdução e considerações finais nas seguintes seções, “Perspectiva histórica da educação especial e inclusiva” onde aborda resumidamente o processo histórico da educação especial, e a seção “A importância de uma educação inclusiva no Brasil”, por fim, a seção “Os desafios da educação inclusiva e a evolução das matrículas da educação especial” que irá expor a evolução das matrículas de alunos especiais na salas comuns das escolas regulares, enfatizando assim os principais desafios enfrentados nessas por esses alunos dentro dessas escolas.

1.1 Objetivo Geral

O objetivo principal deste artigo é abordar a evolução e a importância da educação inclusiva no Brasil.

2. Revisão da Literatura

2.1 Perspectiva histórica da educação especial e inclusiva

Antes de discutir a relevância da Educação Inclusiva nas escolas como uma forma de educação transformadora, é importante refletir sobre a maneira como as pessoas com deficiência foram percebidas e tratadas ao longo da história até os dias de hoje. Esta análise histórica não só revela as mudanças nas atitudes sociais e nas práticas educacionais, mas também ilumina os desafios e conquistas que moldaram a forma como entendemos e implementamos a inclusão atualmente. (Rodrigues; Lima, 2017).

O processo de inclusão das Pessoas com Deficiência é dividido em quatro fases históricas distintas. A primeira, chamada de "fase da exclusão", corresponde ao período anterior ao século XIX, quando muitas pessoas com deficiência eram completamente excluídas da educação escolar e segregadas da sociedade. A segunda fase marca o surgimento de instituições especializadas, que começaram a oferecer algum nível de suporte, embora ainda houvesse uma clara separação (Blanco, 2003).

A terceira fase, conhecida como fase da integração, representa um avanço onde as pessoas com deficiência começaram a ser incluídas em escolas regulares,

ISSN 2178-6925

mas muitas vezes com adaptações e ainda em ambientes segregados. Finalmente, a quarta fase é a da inclusão total, onde se busca a plena participação e integração dos alunos com deficiência no sistema educacional regular, promovendo um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo e equitativo. Cada uma dessas fases reflete uma evolução na compreensão e abordagem em relação à inclusão educacional (Blanco, 2003).

Nas sociedades antigas, como na Grécia, o infanticídio era comum quando uma criança apresentava anomalias físicas ou mentais. Durante a Idade Média, houve uma aparente melhoria no tratamento das pessoas com deficiência, pois a Igreja começou a reconhecê-las como filhos de Deus e portadoras de alma, o que muitas vezes as livrava do abandono. No entanto, apesar desse reconhecimento, essas pessoas frequentemente eram privadas do convívio social, sendo muitas vezes confinadas em suas próprias casas por familiares ou por instituições religiosas e outros locais destinados ao tratamento (Pessoti, 1993).

No entanto, Neto Silva (2018) aponta que o Renascimento foi um período de significativas transformações sociais, durante o qual a visão sobre as pessoas com deficiência começou a ser abordada de maneira científica. Nesse contexto, a compreensão sobre essas pessoas passou a ser associada a noções patológicas. Guhur (1994) destaca que, durante a transição do feudalismo para o capitalismo, a percepção das pessoas com deficiência mudou, rompendo com as representações anteriores estabelecidas pela Igreja. Nesse novo contexto, passaram a ser vistas como algo resultante das condições naturais, em vez de serem interpretadas através das crenças religiosas predominantes.

Nesse contexto, no século XIX, houve uma fragmentação no campo da educação, com a criação de uma pedagogia especializada e institucionalizada. Durante esse período, as pessoas passaram a ser segregadas com base em diagnósticos relacionados ao quociente intelectual. Ou seja, essa fragmentação refletiu e perpetuou a ideia de que a capacidade intelectual era um fator determinante para o tipo de educação e suporte que cada indivíduo deveria receber (Amaral, 2001).

A partir da década de 1970, os indivíduos com deficiência começaram a ter acesso às salas de aula regulares, desde que se adaptassem e não causassem transtornos ao ambiente escolar. Esse momento marcou o início de um processo de

ISSN 2178-6925

integração, uma vez que, anteriormente, o sistema educacional era dividido em dois subsistemas distintos e não interligados: educação especial e educação regular. Esse avanço representou um passo significativo em direção à inclusão, embora muitas vezes as adaptações fossem mínimas e as práticas ainda não totalmente integradas (Blanco, 2003).

No entanto, mesmo com o início do ciclo de integração, os alunos com deficiência ainda enfrentavam desafios significativos. Um dos principais problemas era que a responsabilidade pela adaptação não recaía sobre a escola, mas sim sobre os próprios alunos com deficiência, que precisavam ajustar-se ao ambiente escolar.

Nesse contexto, Karagiannis, Stainback e Stainback (1999) afirmam que a inclusão é essencial para promover uma sociedade mais justa, ética e moral. Em 2003, o MEC lançou o Programa Educação Inclusiva, que visa reconhecer e apoiar a diversidade, com o objetivo de transformar os sistemas de ensino em ambientes educacionais verdadeiramente inclusivos.

Dessa forma, destacam que os valores e princípios da educação inclusiva têm o potencial de criar instituições mais justas. No entanto, existem grandes desafios devido à desigualdade social prevalente no Brasil. A educação inclusiva busca substituir o modelo segregacionista, permitindo que a escola se ajuste às necessidades dos alunos, em vez de exigir que os alunos se adaptem às condições da escola (Góes; Laplane, 2013).

2.2 A importância de uma educação inclusiva no Brasil

Para melhor entender a importância de uma educação inclusiva se faz necessário conceituar educação integradora para assim depois comparar e avaliar os avanços com base em uma educação já inclusiva. O conceito de integração se baseia na necessidade de modificar e adaptar a pessoa com necessidades educacionais especiais para que ela pudesse se identificar com os demais cidadãos e ser inserida na sociedade. Desse modo, o aluno com deficiência precisava ajustar-se ao currículo e ao planejamento da escola, assim, indo de encontro com o que a educação inclusiva de fato aborda (Glat; Blanco, 2007).

ISSN 2178-6925

Esse o modelo de integração foi amplamente criticado por exigir que os alunos com deficiência se preparassem previamente para se adaptar à rotina do ensino regular. Políticas como a da Educação Inclusiva são essenciais, pois responsabilizam governos e sistemas escolares por desenvolver métodos de ensino que reconheçam e respeitem as diferenças individuais de todos os alunos, independentemente de sua origem. Assim, é crucial avançar nesse campo e adotar a inclusão como uma necessidade (Glat; Blanco, 2007).

Nesse contexto, a Educação Inclusiva representa um novo modelo escolar que permite o acesso e a continuidade de todos os alunos. Para que a escola possa acolher todos os alunos, é necessário que ela ajuste suas práticas e opções curriculares, oferecendo um ensino de qualidade que promova o desenvolvimento e a inclusão. Um dos princípios fundamentais desse modelo é que todos os alunos, independentemente de suas condições socioeconômicas, raciais, culturais, entre outras, devem ser aceitos na escola regular, que, por sua vez, deve adaptar-se para atender às suas necessidades (Glat; Blanco, 2007).

Na Constituição Federal de 1988 no que se refere à Educação Inclusiva destaca o previsto nos artigos 206 e 208, inciso I: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Diz ainda a Constituição Federal do Brasil (1988 p.123):

> Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; VII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

Assim, ao longo da história, a legislação brasileira tem avançado significativamente no campo da educação inclusiva. Marcos importantes que destacam esses avanços incluem a Declaração Mundial de Educação para Todos, de 1990, que estabeleceu diretrizes globais para garantir acesso universal à educação, o Estatuto da Criança e do Adolescente, também de 1990, que assegura direitos fundamentais para crianças e adolescentes, incluindo aqueles com deficiência, e a Declaração de Salamanca, de 1994, que promove a inclusão como um princípio essencial para a educação.

A Declaração de Salamanca, de 1994, estabelece que as escolas regulares devem acolher todas as crianças, sem distinção de suas condições físicas,

ISSN 2178-6925

intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas, econômicas ou outras. Ela enfatiza que as instituições de ensino com uma abordagem inclusiva são as mais eficazes para enfrentar e superar atitudes discriminatórias. Além disso, a declaração reforça a importância de promover ambientes educacionais onde exista um ambiente em que a diversidade é apreciada e no qual todos os estudantes têm a chance de aprender e crescer em conjunto (Brasil, 2006).

Em 1996, foi promulgada a Lei Nº 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que estabelece, no capítulo III, art. 4º, inciso III, que é responsabilidade do Estado assegurar o "atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino". Essa lei reforça o compromisso de integrar alunos com necessidades especiais ao sistema educacional regular, promovendo a inclusão e garantindo acesso a um suporte educacional adequado e gratuito (Brasil, 1996).

No início do século XXI, a Lei nº 10.172, de 2001, que aprovou o Plano Nacional de Educação, estabeleceu que a Educação Especial deveria ser oferecida em todos os níveis de ensino. Isso inclui a promoção da inclusão de alunos com diferentes tipos e graus de deficiência no ensino regular, garantindo que eles tenham vagas e oportunidades de aprendizagem junto com os demais estudantes, reconhecendo a importância dessa medida para uma educação inclusiva.

O Decreto nº 6.094, de 2007, aborda a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e enfatiza a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do Ministério da Educação (MEC). O decreto destaca a importância de atender às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência e reforça o compromisso de incluir esses alunos no sistema público de ensino (Brasil, 2007).

A Política Nacional de Educação Especial de 2008 foi criada para garantir que alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação sejam incluídos no sistema escolar. O objetivo é assegurar que esses estudantes tenham acesso à educação em ambientes inclusivos, onde suas necessidades sejam atendidas, permitindo que participem plenamente do processo de ensino e aprendizagem, junto com os demais alunos. Este documento visa garantir que esses alunos tenham acesso ao ensino regular,

ISSN 2178-6925

promovendo uma abordagem inclusiva que permite a participação plena e a integração desses estudantes no ambiente educacional convencional:

> Com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas (BRASIL, 2008, p. 14).

Nesse sentido, devido ao fato de que a inclusão exige que a escola atenda às necessidades dos alunos, é uma inovação que requer um grande esforço para modernizar e reestruturar as condições predominantes na maioria das instituições educacionais. As escolas reconhecem, portanto, que os desafios que alguns alunos enfrentam não são apenas um problema específico; eles também frequentemente derivam da forma como o ensino é oferecido, bem como da forma como a aprendizagem é concebida e avaliada. Isso significa repensar e mudar os métodos pedagógicos para garantir que todos os alunos tenham a mesma oportunidade de aprender e se desenvolver (Mantoan, 2006).

2.3 Os desafios da educação inclusiva e a evolução das matrículas da educação especial

A educação inclusiva para alunos com deficiência deve ser vista como um desafio, pois exige que as escolas se ajustem às necessidades desses alunos e se organizem para oferecer o melhor suporte possível para seu desenvolvimento integral. Assim, é essencial avaliar se o ambiente escolar e os profissionais de educação estão devidamente preparados para acolher e apoiar essas crianças de forma eficaz (Mantoan, 2006). Poker (2007, p. 178) ainda afirma que:

> Uma educação verdadeiramente inclusiva reconhece a diversidade do seu alunado e, por isso mesmo, adapta-se às suas características de aprendizagem. Oferece respostas específicas adequadas e diversificadas, que proporcionam para o aluno condições de superar ou compensar as suas dificuldades de aprendizagem, independentemente das causas que Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva provocaram tal problema em seu processo de escolarização.

Dessa maneira, o sistema educacional deve reconhecer a diversidade de seus alunos e desenvolver métodos e estratégias que promovam um aprendizado

mais eficaz, mostrando resultados concretos e não se esquivando dos desafios. Assim, as dificuldades não devem ser atribuídas apenas a problemas individuais dos alunos, pois as abordagens de ensino da escola e do professor também podem influenciar significativamente o processo de aprendizagem (Freitas, 2020).

No entanto, é evidente que a educação no Brasil enfrenta vários desafios, incluindo a insatisfação dos professores devido à desvalorização de seu trabalho, além de escolas em condições precárias e com falta de recursos necessários para tornar a prática docente eficaz e as aulas mais atrativas para os alunos. Esses problemas impactam diretamente a qualidade da educação e a capacidade das instituições de atender adequadamente às necessidades de todos os estudantes. “Este cenário é bem comum nas escolas da rede pública brasileira e diante disso, pensar na educação inclusiva torna-se algo necessário, pois para que alunos diferenciados necessitam de recursos diferenciados” (Santos, 2020, p. 08).

Porém, segundo Batista, Nunes e Pinheiro (2019, p. 01) “adequações escolares não dependem somente dos professores, mas da gestão escolar e dos investimentos que se fazem necessários às reformas e adaptações dos espaços escolares”. De acordo com Santos (2020) é importante destacar que toda mudança requer recursos financeiros e investimentos, e isso frequentemente se torna um grande problema para a rede pública de ensino.

Batista, Nunes e Pinheiro (2019) apontam dois aspectos cruciais relacionados às dificuldades na inclusão escolar. O primeiro diz respeito à adequação do espaço físico, ou seja, a necessidade de uma infraestrutura apropriada que possa atender às necessidades específicas de cada aluno. O segundo aspecto é a qualificação dos profissionais de educação, que deve ser adequada para que os professores possam atender de maneira eficaz às necessidades das crianças que fazem parte do sistema educacional inclusivo.

Nesse sentido, Santos (2020) destaca que diversas mudanças são essenciais para melhorar a qualidade educacional, incluindo: a valorização dos professores, a promoção do diálogo envolvendo a comunidade escolar e familiar, o investimento em formação docente, a disponibilização de tecnologias assistivas, a elaboração de um projeto de inclusão bem estruturado, a flexibilização do currículo e investimentos na infraestrutura da escola. Partindo desse pressuposto que Batista, Nunes e Pinheiro (2019, p. 02) afirmam:

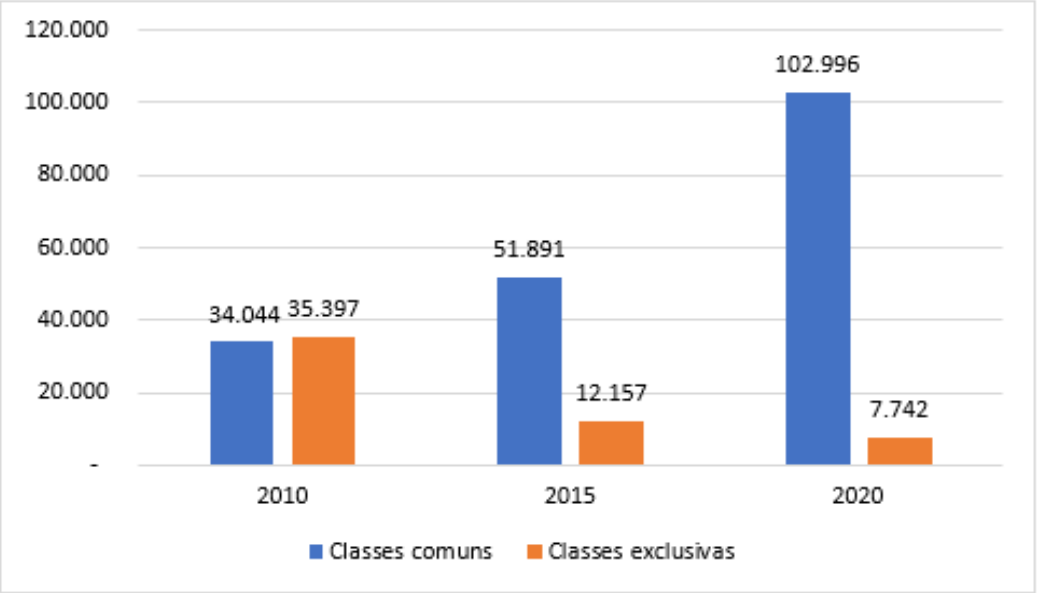
ISSN 2178-6925

> Contudo a política nacional de inclusão busca ajuste que visam tornar a escola acolhedora e que envolva cada aluno em sua especificidade, ou seja, o espaço precisa se adequar diante de diversas situações e atividades, para que seja possível atender as demandas dos alunos que ali estão e, em se tratando da criança com deficiência, essa adequação precisa estar presente desde o ambiente físico até as adaptações curriculares.

Nesse contexto, Batista, Nunes e Pinheiro (2019) afirmam que a inclusão escolar vai além da mera inserção de crianças com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares. Trata-se também de promover o desenvolvimento dessas crianças no ambiente escolar de forma que elas possam maximizar seu aprendizado e se tornar indivíduos críticos e autônomos. “Assim sendo, nota-se que é imprescindível que todo o corpo escolar se adeque a mudanças e propostas necessárias para que ocorra a efetiva educação e o bom desenvolvimento dos saberes e competências da educação” (Batista, Nunes e Pinheiro, 2019, p. 03).

Embora o sistema educacional e a escola desempenhem um papel crucial na formação dos alunos com necessidades educacionais especiais, a participação das famílias também é fundamental para o desenvolvimento desses alunos. A contribuição e colaboração de todos os envolvidos são essenciais para garantir a formação básica, cognitiva e social do cidadão, além de assegurar sua permanência na escola.

Gráfico 1 - Evolução de Matrículas da Educação Especial, na educação infantil- 2010 a 2020.

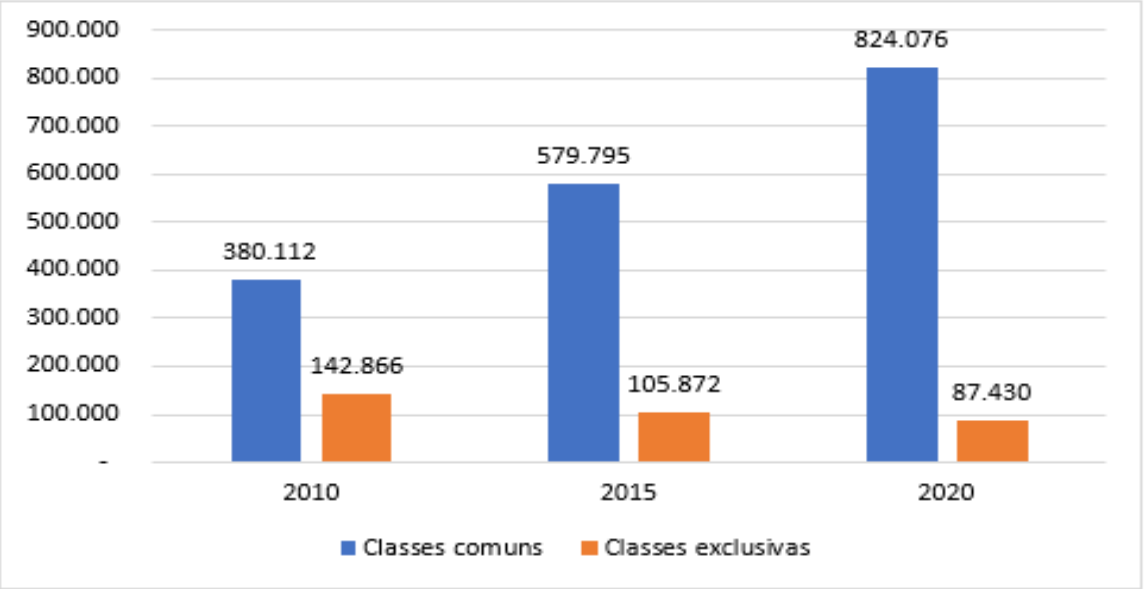


Fonte: Organizado pelo autor com base no MEC/INEP (2020).

ISSN 2178-6925

O gráfico 1, vem revelar a evolução dessas matrículas da Educação Especial na Educação Infantil nos anos 2010 a 2020. Dessa forma, de acordo com os dados do Censo escolar de 2020 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP e Diretoria de Estatísticas Educacionais, foi constatado que nos anos de 2010 a 2020 houve um crescimento de aproximadamente 203% nas matrículas de alunos com deficiência na educação infantil em escolas com classes comuns, no entanto, matrículas em escolas com classes especiais ou inclusivas teve um decréscimo entre esses mesmos anos de 2010 a 2020.

Gráfico 2 - Evolução de Matrículas na Educação Especial, no ensino fundamental - 2010 a 2020.

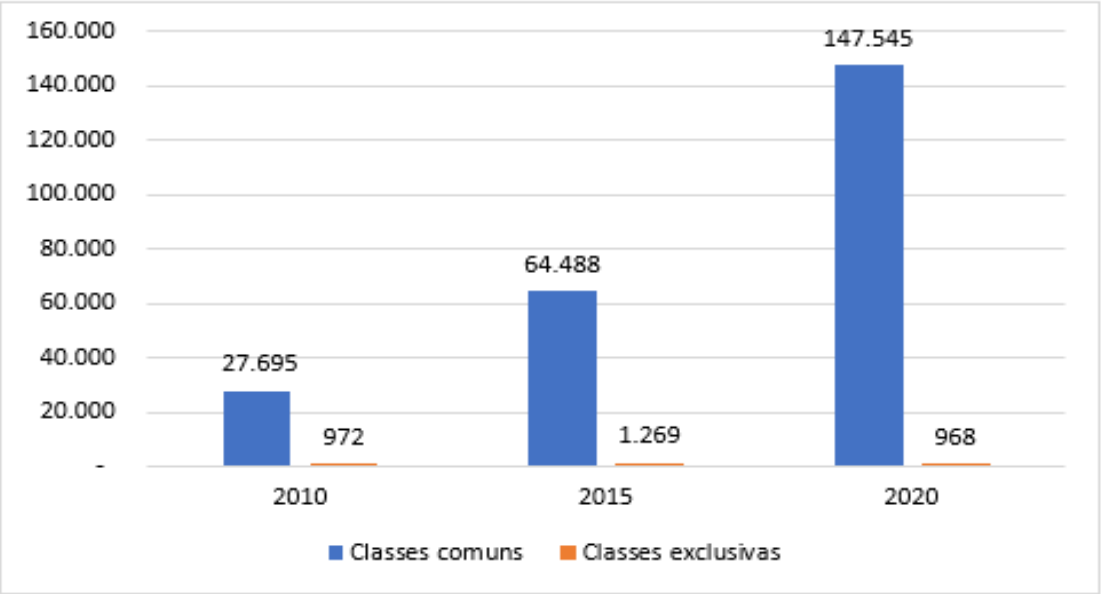


Fonte: Organizado pelo autor com base no MEC/INEP (2020).

No Gráfico 2, as evoluções das matrículas no ensino fundamental em classes comuns seguem a mesma tendência de evolução quanto a educação infantil, tendo assim, uma evolução entre 2010 a 2020 de, aproximadamente, 117%, e com o número de matrículas em classes especiais também em declínio entre o mesmo período. Já, referente ao ensino médio, a quantidade de alunos matriculados em escolas com classes especiais ou inclusivas se manteve estáveis entre os anos de 2010 a 2020, porém as matrículas em classes comuns tiveram um salto de aproximadamente 79% de 2010 para 2020.

ISSN 2178-6925

Gráfico 3 - Evolução de Matrículas na Educação Especial, no ensino médio - 2010 a 2020.



Fonte: Organizado pelo autor com base no MEC/INEP (2020).

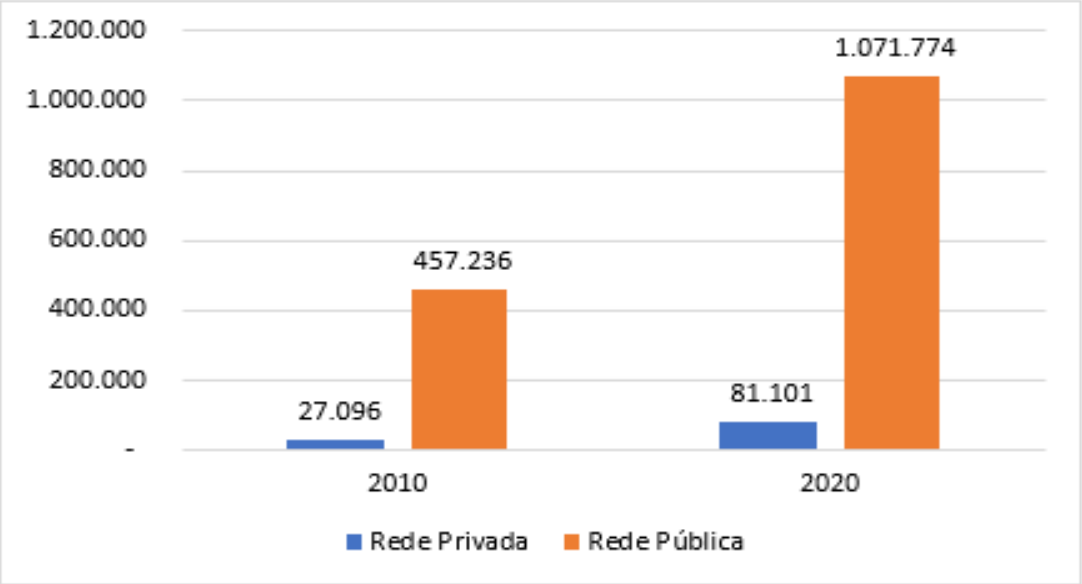
Segundo o MEC (2008), o aumento das matrículas de alunos com deficiência em classes regulares destaca a relevância das discussões sobre inclusão. Essas discussões estão gerando mudanças importantes nos conceitos, nas leis e nas práticas educacionais e de gestão, ajudando a assegurar que esses alunos não apenas tenham acesso à escola, mas também permaneçam e sejam incluídos de maneira significativa no ambiente escolar.

Nesse sentido, Buccio e Gisi (2014) enfatizam que a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais nas classes regulares da rede pública deve-se às mudanças promovidas por políticas públicas específicas e à criação de condições mais favoráveis para atender essas necessidades. Essas modificações visam garantir um ambiente mais inclusivo e adequado para o desenvolvimento e a educação desses alunos.

No que tange ao número de matrículas na Educação Especial, nas classes comuns, por rede de ensino tem-se os seguintes resultados:

ISSN 2178-6925

Gráfico 4 – Número de matrículas na Educação Especial (classes comuns), por rede de ensino - 2010 e 2020.



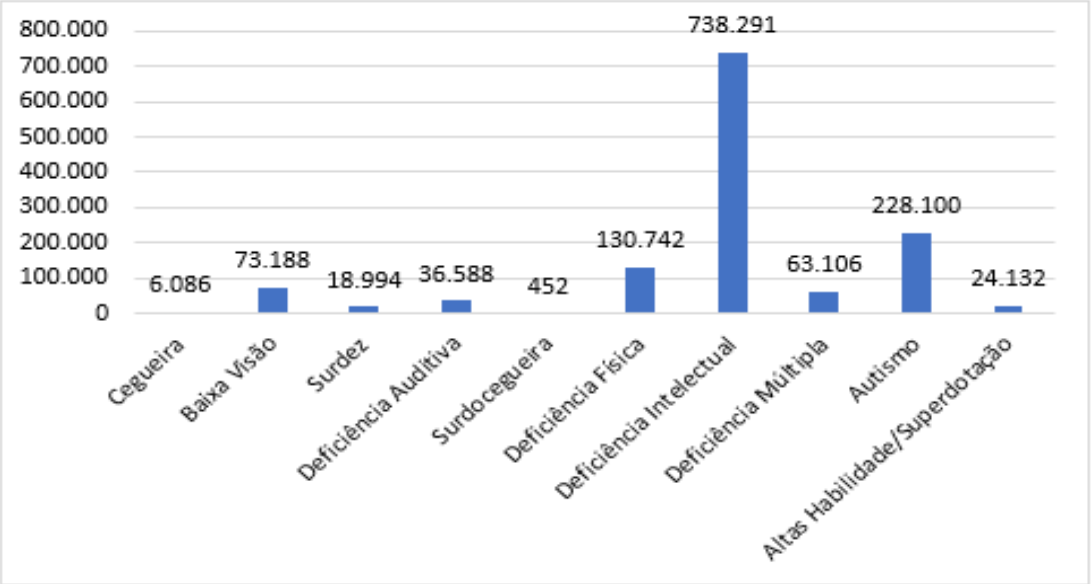
Fonte: Organizado pelo autor com base no MEC/INEP (2020).

Dessa forma, observa-se que entre o fornecimento da educação especial (classes comuns) na rede pública e privada tem-se um total em 2010, de 94,41% das matrículas da educação especial nas escolas públicas e 5,59% nas escolas privadas. Em 2020, esses números alcançaram 92,97% nas públicas e 7,03% nas as escolas privadas estão demonstrando a implementação da educação inclusiva e o compromisso das redes de ensino em se esforçarem para criar uma política pública que seja universal e acessível para pessoas com deficiência. Isso significa que essas instituições estão buscando adaptar suas práticas para garantir que todos, independentemente de suas limitações, tenham acesso à educação de forma igualitária e inclusiva.

Apesar da evolução das matrículas na Educação Especial, inclusive, referente às classes comuns, às políticas públicas de educação inclusiva no Brasil têm um longo caminho a ser percorrido. Bucci e Gisi (2014, p. 16) destaca que “existem muitas lacunas ainda a serem preenchidas por ações concretas e efetivas para buscar o ideal da educação inclusiva – a universalização do acesso à educação – não se limitando apenas aos alunos de deficiências, mas também, aos demais grupos marginalizados que não são acolhidos no ensino regular”.

ISSN 2178-6925

Gráfico 5 - Matrícula na educação especial por tipo de deficiência - Brasil 2020.



Fonte: Organizado pelo autor com base no MEC/INEP (2020).

Analisando os dados de matrículas na educação especial por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação no Brasil em 2020, observa-se que a deficiência intelectual tem a maior representatividade. Em seguida, destacam-se o autismo, a deficiência física e a deficiência múltipla. Esses dados evidenciam a necessidade de uma abordagem diferenciada e personalizada para cada tipo de necessidade educacional especial. Além disso, a análise ressalta a importância de estratégias adequadas e de investimentos em recursos e capacitação para atender efetivamente a diversidade de necessidades dos alunos no sistema educacional.

A Educação Inclusiva busca integrar pessoas com deficiência nas classes regulares de ensino, mas enfrenta muitos desafios. Além da questão das matrículas, é crucial garantir a permanência desses alunos, uma vez que muitas vezes as estruturas escolares não proporcionam as condições adequadas para o aprendizado, como uma boa infraestrutura e recursos especiais. Nesse contexto, a Educação Inclusiva visa não apenas garantir o acesso, mas também assegurar condições reais para a permanência e o sucesso de uma educação de qualidade para todos os alunos, respeitando e atendendo suas diferenças (Rodrigues, 2013).

ISSN 2178-6925

3. Considerações Finais

Portanto, a Educação Inclusiva é um modelo que se aplica a escolas de todos os níveis, preparando-as para oferecer um ensino de qualidade a todos os alunos, independentemente de fatores físicos, sociais, econômicos, pessoais, cognitivos e de necessidades comuns ou especiais. A inclusão significa que pessoas com deficiência estudam nas mesmas escolas que frequentariam se não tivessem deficiências. A importância da educação inclusiva vai além da simples escolarização dessas pessoas; trata-se de proporcionar uma oportunidade de convivência com a diversidade para todos os alunos. Assim, a escola precisa ser adaptada e modificada para acolher esses alunos e garantir uma educação de qualidade.

Entretanto, a educação inclusiva enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à manutenção da qualidade educacional. Políticas públicas voltadas para a inclusão são essenciais, assim como a implementação de mudanças concretas no ambiente escolar, incluindo a criação de um processo de acolhimento, promoção de diálogo com a comunidade escolar e familiar, investimento na formação docente, disponibilização de tecnologias assistivas, elaboração de um projeto de inclusão, flexibilização do currículo e melhoria na infraestrutura da escola.

Além disso, houve um notável avanço no número de matrículas de alunos com deficiência no ensino regular nos últimos anos. Esse crescimento demonstra um progresso positivo em direção à inclusão, refletindo um maior reconhecimento da importância da integração desses alunos em ambientes educacionais comuns. Contudo, é fundamental que esse aumento seja acompanhado por melhorias contínuas nas condições e recursos oferecidos, para assegurar que esses alunos não apenas ingressem nas escolas regulares, mas também permaneçam e tenham sucesso em sua trajetória educacional.

Referências

AMARAL, L. A. **Pensar a Diferença/Deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. 2001.

BATISTA, A. de F.; NUNES, E. S.; PINHEIRO, M. B. **Os desafios e avanços da inclusão na rede pública de ensino**. *In:* Congresso Nacional de Educação, 6, 2019. Anais [...], Fortaleza: Realize Eventos Científicos & Editora, 2019.

BLANCO, R. **Aprendendo na diversidade:** Implicações educativas. Mimeo de conferência apresentado em Foz do Iguaçu: 2003.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

BRASIL. **Constituição Federativa da República Brasileira de 1988**. Senado Federal: Brasília,2004.

BRASIL. **Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. Brasília, 2007.

BRASIL. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB- Lei n° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, MEC, 1996.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação - Lei Nº 10.172**. Brasília, MEC, 2001.

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BUCCIO, M. I.; GISI, M. L. **Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil**. *In*: Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 10, 2014. Anais [...], Florianópolis, 2014.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994.

FREITAS, E. R. de. Educação inclusiva e dificuldades de aprendizagem: a visão de docentes da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. **Revista Com Censo,** v. 7, n. 3, 2020.

Gil, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLAT, R.; BLANCO, L. de M. V. Educação especial no contexto de uma educação inclusiva. *In:* GLAT, R. **Educação inclusiva**: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: editora 7letras, 2007.

GÓES, M. C. R.de.; LAPLANE, A. L. F. de. **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

GUHUR, M. de L. P. A representação da deficiência mental numa perspectiva histórica. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, n. 1, p. 75-84, 1994.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP. **Censo Escolar da Educação Básica – 2020**. Brasília, DF: MEC, 2020.

KARAGIANNIS, A.; STAINBACK, W.; STAINBACK, S. **Fundamentos do ensino inclusivo**. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artmed, 1999.

MANTOAN, M. T. É. Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. **Educação (PUC/RS)**, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64, 2006.

NETO SILVA, A. de O. S. *et al*. Educação inclusiva: uma escola para todos**. Revista Educação Especial**, v. 31, n. 60, p. 81-92, 2018.

PESSOTI, I. **Deficiência Mental:** da superstição à ciência. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1993.

ISSN 2178-6925

POKER, R. B. Dificuldades de aprendizagem e educação inclusiva. **APRENDER - Cad. de Filosofia e Psic. da Educação Vitória da Conquista,** n. 9, 2007.

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão. **Revista de Educação Interritórios**, Caruaru, v. 3, n. 5, 2017.

RODRIGUES, D. **Equidade e educação inclusiva**. Porto: Profedições, 2013.

SANTOS, G. A. Os desafios da educação inclusiva na rede pública de ensino. **EduCAPES**, 2020. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/575784/1/ARTIGO%20GUILHERME%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20INCLUSIVA%20%281%29%20%282%29.pdf. Acesso 04 set. de 2022.